



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

312

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 308484-4

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 29ª Vara Cível

AGRAVANTE: FAMÍLIA BANDEIRANTE PREVIDÊNCIA PRIVADA

AGRAVADO: MARIA JULIA ARRUDA GUEDES

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA COM BASE NO ART. 6º, VIII, DO CDC. HONORÁRIOS PERICIAIS. PAGAMENTO PELA EMPRESA APELANTE. CONSUMIDOR HIPOSSUFICIENTE. INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 33, DO CPC. DECISÃO ACERTADA. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Correta a decisão que determina o pagamento dos honorários periciais a cargo da Empresa ré, pois a hipótese dos autos revela flagrante hipossuficiência do consumidor em relação aquela, assim, para que não haja inocuidade da medida, deve ser invertido o ônus da prova nos moldes do que disciplina o Código de Defesa do Consumidor.

2. Agravo improvido, e, por consequência, Agravo Regimental prejudicado.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da QUINTA CÂMARA CÍVEL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em negar provimento ao Agravo de Instrumento e negar seguimento ao Agravo Regimental tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas em anexo, que passam a fazer parte integrante deste aresto.

Recife, 2 de ^{julho} abril de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

308

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 308484-4

COMARCA DE ORIGEM: Recife – 29ª Vara Cível

AGRAVANTE: FAMÍLIA BANDEIRANTE PREVIDÊNCIA PRIVADA

AGRAVADO: MARIA JULIA ARRUDA GUEDES

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

RECURSO:

Trata-se de Agravo de Instrumento cujo objetivo é reformar a decisão que determinou que a Agravante arcasse com os custos da perícia contábil, caso queira que a prova se realize.

DECISÃO AGRAVADA:

"(...)

Desta feita, resolvo determinar que a parte ré, arque com os custos da perícia contábil determinada às fls. 204/205.

Intime-se a parte ré, para, caso queira que a prova pericial se realize, depositar em juízo o valor indicado pelo perito, a título de honorários periciais." (fls. 257-tjpe)

FUNDAMENTOS DO RECURSO:

Em síntese, defende a Agravante que a prova pericial foi requerida pela Agravada, assim é absurda a hipótese de ter que arcar com os custos de tal perícia, uma vez que, nos casos de assistência judiciária gratuita, o pagamento do perito deverá ser feito pelo Estado.

Assim, requer, liminarmente, a concessão do efeito suspensivo à decisão atacada e, por fim, a reforma total da decisão.

AL

1



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

309

DECISÃO LIMINAR

Em decisão de fl. 268/269, a liminar fora indeferida.

CONTRARRAZÕES:

Contrarrazões às fls. 279/283.

Agravo Legal às fls. 288/299.

É o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, 12 de junho de 2014.

Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

313

QUINTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 308484-4

COMARCA DE ORIGEM: Recife - 29ª Vara Cível

AGRAVANTE: FAMÍLIA BANDEIRANTE PREVIDÊNCIA PRIVADA

AGRAVADO: MARIA JULIA ARRUDA GUEDES

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO

Cinge-se o debate do presente recurso em definir a quem caberá o encargo pelo pagamento dos honorários periciais, o qual foi imputado à ora Agravante, segundo decisão de fls.255/257.

A Recorrente destaca que a remuneração do perito deverá ser realizada pela Agravada, conforme disciplina o art. 33 do CPC, posto que a prova foi requerida por esta e deferida pelo magistrado e, argumenta, por outro lado, que tratando-se de beneficiária da justiça gratuita os custos deverão ser pagos pelo Estado.

De início, é preciso salientar que incidem, no caso, as normas do Código de Defesa do Consumidor.

Confira-se:

"Art. 6º São direitos básicos do consumidor:

(...)

VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências";

AL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

314

Desta feita, percebe-se que a inversão do ônus da prova é direito do consumidor que tem por objetivo facilitar a defesa de seus direitos quando configurados qualquer dos requisitos alternativos apresentados: verossimilhança das alegações ou hipossuficiência do consumidor.

No caso em tela, considerando que a Agravada buscou o Poder Judiciário para discutir um contrato de empréstimo consignado, no qual pleiteia a revisão de cláusulas contratuais supostamente abusivas, resta claro que é hipossuficiente em face da Apelante - FAMÍLIA BANDEIRANTE PREVIDÊNCIA, tanto do ponto de vista econômico quanto no aspecto técnico.

Destaque-se, ainda, que a solução da controvérsia depende da realização de tal prova pericial.

Sendo assim, a inversão em debate é medida que se impõe, como se pode depreender dos seguintes julgados:

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

"A inversão do ônus da prova, por sua vez, como ressabido, é regra de julgamento. Ao decidir, se ainda remanescer dúvida, o juiz aplicará tal regra. Apesar de a inversão estar prevista no Código de Defesa do Consumidor, no contexto da facilitação da presença do hipossuficiente, em Juízo, isto não significa que o julgador não possa inverter o encargo probatório, fora das relações de consumo. O juiz poderá fazê-lo, sim, desde que motivadamente. Portanto, ainda que não se tratasse de relação jurídica sujeita ao CDC, é cabível a inversão. Além disso, por óbvio, a seguradora possui maiores condições de produzir a prova pericial que a autora. E o encargo pecuniário da perícia está muito longe de causar abalo à saúde financeira da Companhia provocando-lhe a lesão grave mencionada no Código de Processo Civil". (TJPR - 8ª C. Cível,

AL

4



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

315

Agravo de Instrumento nº 711533-5 – Rel. Des. Miguel Kfoury – DJ 28/09/2010 –Grifo Nosso).

CIVIL. CDC. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. QUITAÇÃO ANTECIPADA DE PRESTAÇÃO. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA. MANUTENÇÃO DA COBRANÇA NO CONTRACHEQUE DO CONSUMIDOR. DEFEITUOSA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO FORNECEDOR. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CULPA. INCIDÊNCIA DOS ARTIGOS 14 E 18, DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ART. 6º, VIII, DO CDC. DESNECESSÁRIA A CONFIGURAÇÃO DA MÁ-FÉ NO ÂMBITO DAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS. CARACTERIZAÇÃO DA REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 42 DO CDC. 1. A relação jurídica das partes é regida pelo cdc posto que o financiamento concedido é um serviço bancário descrito no § 2º do artigo 3º do mencionado diploma legal. nesse sentido, a aplicação do parágrafo único do artigo 42 do cdc se impõe, já que o mencionado dispositivo legal tem conotação diversa do artigo 940 do cc/2002, posto que neste último se exige a presença da má-fé, enquanto que o primeiro somente não se aplica na hipótese de engano justificável. 2. A responsabilidade in casu, nos termos do art. 14 e 22, do cdc, é objetiva, decorrente da simples colocação no mercado de determinado serviço ou produto. nesse sentido, deve a empresa fornecedora dos serviços

AL

5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

316

obedecer escrupulosamente as limitações do cdc, cumprindo de forma inequívoca o contrato firmado entre as partes. 3. A inversão do ônus da prova é direito de facilitação da defesa do consumidor quando este preenche os requisitos autorizadores da medida, assim, não cumprindo a recorrente com aquilo que lhe incumbi o art. 333, II, do cpc, aplicado subsidiariamente, trazendo fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor, deverá suportar a condenação que lhe fora imposta na sentença a quo. De conformidade com o regramento que está amalgamado no artigo 55 da lei dos juizados especiais (lei nº 9.099/95), o recorrente, sucumbindo no seu inconformismo, sujeita-se ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido da condenação. recurso conhecido e improvido, consoante reiterados julgados das turmas recursais, legitimando a lavratura do acórdão nos moldes autorizados pelo artigo 46 da lei nº 9.099/95. unânime.

(TJ-DF - ACJ: 20060111194036 DF , Relator: ALFEU MACHADO, Data de Julgamento: 28/08/2007, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F., Data de Publicação: DJU 18/09/2007 Pág. : 146)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRELIMINAR DE
NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO - NÃO
CUMPRIMENTO DO ARTIGO 526 DO CPC -
AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO - REJEIÇÃO -



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

317

INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - RELAÇÃO DE
CONSUMO - POSSIBILIDADE - APLICAÇÃO DA
SÚMULA 297 DO STJ - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.

Ausente comprovação, que incumbe ao agravado, de que o agravante tenha deixado de cumprir os requisitos previstos no artigo 526 do CPC, não há como acolher a preliminar de não conhecimento do recurso. Previsão do parágrafo único do artigo 526 do CPC. Uma vez que a relação estabelecida entre as partes é de consumo, e sendo possível ao magistrado verificar a hipossuficiência do consumidor na patente diferença de facilidade de produção de provas em relação à instituição financeira, dotada de melhores recursos para defender seus interesses, considerando ainda a aplicação da súmula 297 do STJ, deve ser deferido o pedido de inversão do ônus da prova.

(TJ-MG - AI: 10701120254977001 MG, Relator: João Cancio, Data de Julgamento: 15/01/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 21/01/2013 - Grifo Nosso).

Neste contexto, não merece guarida o inconformismo da Agravante quanto ao pagamento dos honorários periciais, pois apesar de alegar que houve ofensa ao art. 33 do CDC, uma vez que a remuneração do perito deveria ser paga pela Autora, o deferimento da inversão do ônus da prova em favor do consumidor, a critério do Juízo, quando configurada a verossimilhança da alegação ou hipossuficiência da parte, tem o condão de fazer com que a medida seja realmente efetivada.

Ademais, cumpre observar que, na lição de Humberto Theodoro Júnior:

AL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

318

"A interpretação do art. 33 do CPC, indica que a expressão correta não é pagar, mas antecipar, dado que dispõe sobre adiantamento de despesas, cabível o reembolso pelo vencido no final da demanda." (in "Código de processo Civil Anotado, editora Forense, 12ª edição, 2008, pág. 46).

Desta feita, entendo que não haverá prejuízo imediato ou mediato para a Agravante quando realizar o adiantamento dos honorários periciais, haja vista tal despesa com honorários do perito poder ser reembolsada, ao final, pelo vencido na demanda.

Não estamos aqui diante de medida irreversível, pois, conforme já salientado, qualquer despesa adiantada por qualquer parte que seja, poderá ser revertida ao final do processo.

Assim, não é razoável impor a produção da prova pericial e o conseqüente pagamento dos honorários do perito à Agravada, que é parte hipossuficiente na demanda, devendo portanto, ser mantida a decisão do magistrado que determinou a produção da prova às expensas da Agravante.

Face ao exposto, nego provimento ao Agravo de Instrumento, mantendo a decisão recorrida em todos os seus termos.

Por conseqüência, nego seguimento ao Agravo Regimental de fls.188/299, por encontrar-se prejudicado, com fulcro no artigo 557 do Código de Processo Civil, c/c o artigo 74, inciso VIII, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.

É como voto.

Recife, 2 de ^{julho} ~~abril~~ de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator